

“Tudo era área indígena”

Território, exercícios tutelares e processos de r-existência entre os tenetehar-tembés no século XX

“Everything was an indigenous area”: territory, tutelary exercises and r-existence processes between the Tenetehar-Tembés in the 20th century / “Todo era área indígena”: territorio, ejercicios tutelares y procesos de r-existencia entre los Tenetehar-Tembés en el siglo XX

Benedito Emílio da Silva Ribeiro

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão (Geipam/UFPA) e do Grupo de Pesquisa Diversidade e Interculturalidade na Amazônia: pesquisas colaborativas e pluridisciplinares (Dina/Mpeg), Brasil. emiliosilvaribeiro20@gmail.com

Márcio Meira

Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Professor do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Mpeg e pesquisador do Dina/Mpeg, Brasil. marcioaugustomeira@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa as dinâmicas sociopolíticas e territoriais entre os tenetehar-tembés no nordeste paraense, a partir da atuação do Serviço de Proteção aos Índios. Diante da presença tutelar, com a criação da reserva e demais interdições nessa região, os indígenas desenvolveram estratégias e formas de agenciamento do território e *modus vivendi* que assinalam importantes contextos de r-existência no século XX.

Palavras-chave: Pará; Serviço de Proteção aos Índios; relações interétnicas; territorialidade tembé.

ABSTRACT

The article analyzes the sociopolitical and territorial dynamics between the Tenetehar-Tembés in the northeast of Pará state, based on the actions of the Serviço de Proteção aos Índios (Indian Protection Service). In view of the tutelary presence, with the creation of the reserve and other interdictions in this region, the indigenous people developed strategies and forms of agency for the territory and *modus vivendi* that mark important contexts of r-existence in the 20th century.

Keywords: Pará; Serviço de Proteção aos Índios; inter-ethnic relations; Tembé territoriality.

RESUMEN

El artículo analiza la dinámica sociopolítica y territorial entre los Tenetehar-Tembés en el nordeste de Pará, a partir de las acciones del Servicio de Proteção aos Índios. Ante la presencia tutelar, con la creación de la reserva y otras interdicciones en esta región, los indígenas desarrollaron estrategias y formas de agencia del territorio y *modus vivendi* que marcan importantes contextos de r-existencia en el siglo XX.

Palabras clave: Pará; Serviço de Proteção aos Índios; relaciones interétnicas; territorialidad Tembé.

Introdução

A história tembé é marcada por uma série de intervenções e tentativas de desconfiguração de seu sistema sociopolítico e cosmológico.¹ Em contrapartida, a partir da década de 1970, suscitou-se um gradual e complexo processo de dinamização sociocultural, acionado enquanto recurso etnopolítico, que fortaleceu a identidade e o “ser” tenetehar-tembé, além da luta pela unidade territorial (Sales, 1999; Ponte, 2014). Nisso, tornou-se mais evidente a relação dos tembés com o seu território, a qual assinala a intensa e incessante luta travada para defendê-lo de tentativas sucessivas de invasão e dilapidação por fazendeiros, posseiros, colonos e outros agentes da sociedade não indígena em expansão pela Amazônia.

Lógico que a gente luta pela educação, pela saúde, *mas a nossa briga mesmo é a terra, prioritária, a terra é tudo pra nós assim*. É forte e emocionante, né?, porque o índio não vive sem a terra, por mais que a gente estude e tudo, a gente lembra as nossas raízes. Então pra nós a terra, assim, a gente luta pela educação, saúde, mas isso é quase segundo plano, *a nossa luta é mesmo pela terra, porque a terra é a comida, alimentação*. O índio é criticado pelo branco, o branco diz que o índio não trabalha, ah! porque não bota grandes roças... Mas a gente não pensa assim, a gente diz que o índio é ambicioso, ele quer, *nós queremos a mata pra gente pegar uma caça, a gente põe a roça, a gente colhe a nossa alimentação, a gente colhe pra gente, a gente não destrói*, então a gente diz assim que a gente também critica o branco, o branco ele é ambicioso, o que não pode consumir ele estraga, quando ele vê, vende a mata, destrói e tudo, acaba com a caça, já vende pra outro fazendeiro e vai destruir pra outro canto. E nós não, *pretende ficar num canto só. Então a gente põe roça na mata, na capoeira, procura ficar se revezando pra não ficar destruindo, então a gente colhe tudo da mata, é a nossa terra, né? É alimentação, medicamento*. Nós já perdemos muito! A gente não usa muito nossos remédios porque a Funasa diz assim, não pode tomar o remédio do mato, não acredita, não tem fé pelo remédio tradicional, mas a gente tem, mas mesmo assim a gente faz e, com isso, muitos da nova geração já não sabe fazer porque tudo é medicamento comprado, não, não usa isso porque não funciona, não presta,

1 A pesquisa para este artigo se insere no quadro investigativo do projeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (Mpeg), intitulado Povos indígenas, populações tradicionais e patrimônio cultural na Amazônia, coordenado por Márcio Meira e Lucia van Velthem. Registramos o suporte dado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), campus de Bragança, através do Grupo de Estudos e Pesquisas Interculturais Pará-Maranhão, e pelo Mpeg, através do Laboratório de Etnologia e História Indígena, para a realização das pesquisas de campo, na terra indígena Alto Rio Guamá, e de arquivo, junto ao acervo do SPI. Agradecemos a Vanderlúcia Ponte e Maria Roseane Pinto Lima, da UFPA, e ao povo tenetehar-tembé, nas figuras dos caciques Piná Tembé e Edinaldo Tembé, além de Lourdes Tapajó e América Tembé.

mas mesmo assim a gente resiste, né?! Vai no hospital, mas a gente leva remédio escondido, entendeu? E é assim a nossa luta e eu acho que vai ser sempre, né? (América Tembê, 20 set. 2015, grifos nossos)

É perceptível nas palavras de América Tembê o grau de ligação que o seu povo possui com o território, enquanto morada sagrada que alimenta e nutre, de forma física (corpo) e espiritual (alma), o “ser” tenetehar-tembê. Dessa maneira, o território é entendido como fio condutor central na cena de disputas e reivindicações desse povo, assim como de outros coletivos indígenas e populações tradicionais latino-americanas. Entre os tembés, por exemplo, lutar pelo território significa defender a vida para as atuais e futuras gerações, bem como para os demais seres que nele também habitam: animais, plantas, espíritos, os brancos etc.

Cabe-nos destacar que o território tembê hoje, relativo à terra indígena Alto Rio Guamá (Tiarg), é fruto histórico da luta desse povo contra os negacionismos de sua indianidade no nordeste paraense. Inicialmente uma reserva, como discutiremos, seus aproximadamente 280 mil hectares foram convertidos em terra indígena em idos de 1993, após enfrentamentos incessantes dos tembés contra invasores. O reconhecimento dos direitos territoriais tembés e a homologação da Tiarg trouxeram as fronteiras do território em âmbito jurídico, sem, no entanto, representarem seu limite no campo das relações e vivências socioculturais desse povo na região. As experiências de campo nas aldeias nos permitiram constatar outras dinâmicas socioespaciais que extrapolam as fronteiras estatais da terra indígena Alto Rio Guamá, alhures à visão indígena sobre seu próprio território, e retomam antigos lugares tradicionais para os tembés na região.

Destarte, voltamo-nos para o entendimento desse território historicamente construído e acionado pelos tenetehar-tembés em face das ações tutelares do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no século XX. Das primeiras incursões na região, em 1911, até a criação da reserva em 1945, um contexto de interdições seria imposto aos tembés. Estes, por sua vez, desenvolveram estratégias para a manutenção de seu território e etnicidade que perpassavam apropriações e rearranjos dos discursos e práticas tutelares do SPI, adquirindo outros significados ao serem submetidos às lógicas de vivência grupal tembê e suscitando processos de r-existência.

O conceito de r-existência é empregado nos termos teorizados por Carlos Walter Porto-Gonçalves (2008), em um enfoque decolonial que pondera e caracteriza as ações indígenas a partir de suas vivências, interesses e regimes de conhecimento. Segundo assinala o autor: “Por isso, mais do que resistência, o que tem é R-Existência, posto que não se reage simplesmente à ação alheia, mas,

sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo" (Porto-Gonçalves, 2008, p. 47). Ou seja, os saberes e práticas indígenas não estão condicionados a uma ação exógena a si, e partem antes dos entendimentos cosmopolíticos ancestrais daqueles sujeitos diante da subalterização eurocêntrica.

Assim, o artigo soma-se ao quadro analítico da história indígena que se consolidou nas últimas décadas e articulou, de maneira interdisciplinar, os campos da história e da antropologia (Cunha, 1992; Almeida, 2010). Tomando como objetivo central analisar esses processos históricos entre os tenetehar-tembés, a partir das dinâmicas territoriais e relações sociopolíticas na região de fronteira entre Pará e Maranhão, no contexto do século XX. Logo, procedeu-se a um estudo histórico-documental, guiado pela crítica etnográfica, buscando visualizar e compreender as agências indígenas, embasada nas colocações de Walter Johnson (2003),² observando as formas de (re)organização socioespacial tembé e suas práticas de r-existência, e resiliência, em face das ações tutelares do órgão indigenista, seja do SPI ou, posteriormente, da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Para uma melhor compreensão desses processos, dividimos o artigo em três seções. A primeira é voltada para o contexto de estabelecimento do SPI na região do rio Gurupi, atuando junto aos tembés e aos ka'apores. Na segunda, avaliamos a criação da reserva indígena, submersa na conjuntura histórica e fundiária da Amazônia, entre 1930 e 1945. E na terceira seção, dimensionamos os agenciamentos e r-existências tembés durante esse processo, assinalando como eles passaram a agenciar seu território e territorialidade nessas novas condições.

Conquistar, pacificar e integrar: breve contexto do SPI na fronteira Pará-Maranhão

O Serviço de Proteção aos Índios³ foi criado em 1910 como primeiro órgão estatal a efetivar a política indigenista republicana. Sua organização ocorreu através da implantação de unidades regionais (as inspetorias) e locais (os postos), que aplicavam os parâmetros tutelares de atração e pacificação entre os grupos

2 Ainda que a abordagem de Walter Johnson trate sobre as populações negras e a questão da escravidão, suas críticas nos ajudam a melhor entender os usos do conceito de agência no caso dos povos indígenas.

3 Inicialmente nominada como Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), a agência indigenista estatal manteve essa denominação até 1918, quando se tornou apenas SPI. O órgão seguiu, porém, com o objetivo de operar a transformação de indígenas e outras populações rurais em "trabalhadores nacionais", cuja ampliação se deu no contexto de reinserção do SPI no Ministério da Agricultura, em 1940. Para mais informações sobre o assunto, ver Lima (1995).

indígenas. Segundo avaliou Lima (1995), *atração e pacificação* são elementos estruturais do poder tutelar e das modalidades de conquista que se instituíram na política indigenista do século XX. Além desses, a assistência seria outro aspecto marcante no exercício tutelar do SPI, incorporando práticas educacionais e médico-sanitárias ocidentalizadas, que deveriam ser incrustadas nos indígenas a partir do contato e da convivência diária nos postos.

As ações tutelares exercidas sobre os povos indígenas iniciaram-se de forma intensiva nas várias inspetorias regionais, sobretudo onde o “problema indígena” era mais urgente e precisava ser remediado de forma mais imediata (Lima, 1995). Havia uma clara distribuição das unidades do SPI em território nacional, com grande concentração na Amazônia e no sul do Brasil. Nessa configuração, as áreas de fronteira interna formavam um dos principais blocos de concentração de postos do órgão indigenista, sobretudo pelo seu status de “vazio” demográfico a ser ocupado efetivamente pela sociedade envolvente em expansão.

Assim, o SPI fixou-se na região de fronteira entre o Pará e o Maranhão em 1911, com a criação do posto indígena Felipe Camarão, na margem direita do rio Gurupi, para realizar o trato dos ka’apores, à época chamados de urubus. Em 1927, o posto indígena Pedro Dantas seria instalado na margem esquerda do rio Gurupi, do lado paraense, para também realizar trabalhos junto aos errantes ka’apores, “exatamente no ponto em que aqueles índios fazem anualmente a passagem do Maranhão para o Pará”.⁴ E o posto indígena Maracassumé foi criado em 1929, para incursionar junto aos ka’apores no lado maranhense, formando assim uma área de influência do SPI entre os rios Gurupi e Maracassumé, indo também até o rio Turiaçu. Esses postos estavam vinculados à 3ª Inspetoria Regional, com sede em São Luís, Maranhão.

Percebemos que o Estado entendia a região como fronteira em expansão, sendo necessário efetivar sua presença e influência nesses sertões através do SPI. Logo, os tenetehar-tembés foram inseridos como atores importantes no auxílio para a pacificação dos ka’apores.⁵ Considerados em franco processo de

4 SPI. Relatório apresentado pelo inspetor do SPI Virgílio Bandeira, quando de sua excursão ao Gurupi, 10 de outubro de 1927. Microfilme 379, fotograma 362.

5 Segundo Wagley e Galvão (1961), os tenetehar-tembés estavam em contato com os “brancos” desde o período colonial, quando o grupo era massivamente identificado como habitante dos sertões maranhenses, entre os rios Mearim e Pindaré. Em meados do século XIX, migraram para o Pará e se estabeleceram nos principais rios da região Nordeste, sobretudo no médio e alto cursos do rio Gurupi – então fronteira entre Pará e Maranhão. Nesse turno, alguns desses grupos foram aldeados e administrados pacificamente pelos missionários, encarregados de aplicar a política imperial de catequese e civilização entre os tembés (Sales, 1999). Com o fim desse “novo” regime oitocentista de missões, os tenetehar-tembés experimentaram um novo momento de autonomia e circulação por seu território. Quando do estabelecimento do posto Felipe Camarão no Gurupi, em 1911, os tembés das aldeias

assimilação à sociedade nacional, e recebendo assistência dos postos indígenas na região, os tembés poderiam mediar as ações tutelares do órgão junto aos ka'apores, e depois aos timbiras, e empreender a atração destes para as cercanias dos postos. Também auxiliariam com a criação e/ou o fortalecimento de alianças amistosas entre os indígenas da região e os agentes do SPI nos postos, instalando redes de trocas comerciais com as aldeias no curso do rio Gurupi, localizadas em ambos os lados da fronteira.⁶

Realizando primeiramente o trato dos indígenas, o SPI poderia depois ampliar o controle sobre outros sujeitos locais, a exemplo de colonos e populações negras das comunidades próximas (como Camiranga, Bela Aurora e Itamoari). Essa região era estratégica por suas zonas auríferas no alto rio Piriá e pelas extensas áreas para criação de animais e plantação de lavouras, no lado maranhense. O SPI poderia operar em diversas frentes para realizar a pacificação e assistência dos indígenas e sua transformação em trabalhadores nacionais que rendessem economicamente ao Estado-nação. Nisso, a prosperidade dos postos indígenas era de suma importância, como exemplifica o trecho abaixo sobre o posto Pedro Dantas:

Este é o posto que mais tem progredido na região do Gurupi. Contando menos de três anos de sua fundação, faz gosto ver os seus campos de lavoura, onde o arroz, a cana, a mandioca e o milho são plantados em alta escala.

O posto "Pedro Dantas" está destinado a ser o centro para onde convergirão, em futuro muito próximo, todos os índios do Turi, Maracassumé e Gurupi e seus afluentes. Mesmo atualmente não tem sido pequeno o número de tembés e timbiras, procedentes do alto Gurupi, que nos têm procurado em busca de recursos. E nenhum, até hoje, de lá voltou sem o auxílio pedido. De sorte que no posto "Pedro Dantas" há pacificação e proteção ao mesmo tempo. Ali não se cuida somente dos índios urubus, mas, sim, dos índios em geral.⁷

Desse modo, os demais postos da região deveriam seguir o exemplo do Pedro Dantas. Assim, no curso dos anos de 1930 a 1939, o SPI se ocuparia em

próximas foram contatados compulsoriamente pelo órgão indigenista. Vistos como "índios mansos" e de mais fácil trato, ao contrário dos "hostis" ka'apores, foram incluídos como intermediários das ações do SPI e "aliados" dos agentes do posto, sendo geralmente usados como intérpretes para comunicação com os ka'apores durante expedições de contato nas dispersas aldeias deste povo. Para outros detalhes sobre esses processos, ver: Ponte (2014), Ribeiro (2019), Ponte e Ribeiro (2019).

6 SPI. Relatório anual I.R. 2, 1929. Microfilme 341, fotogramas 34-40.

7 SPI. Relatório de 1929, apresentado pelo ajudante da inspetoria Artur Deodato Bandeira, ao sr. inspetor, referente às suas viagens de inspeção, 1929. Microfilme 379, fotogramas 377-378.

estruturar essas bases de ação local na fronteira Pará-Maranhão e estender sua influência pelas aldeias nos rios Gurupi, Maracassumé e Turiaçu. Para isso, erigia alianças com os tuxauas, ou caciques, das aldeias indígenas contatadas. Essa medida servia para que os indígenas sob sua chefia, cada vez mais, passassem a enxergar nos postos do SPI um espaço virtual de confiança e de proteção.

Porém, as dificuldades logísticas de comunicação e transporte entre os postos indígenas e a sede da inspetoria em São Luís traziam percalços e sérios problemas aos trabalhos efetuados na região pelos agentes do SPI, como alegaram os encarregados dos postos Felipe Camarão, Pedro Dantas e Maracassumé. Mudanças precisavam ser feitas para potencializar as ações de atração e pacificação junto aos indígenas. A solução apontada pelos agentes era a transferência daqueles postos e sua inserção nos quadros organizacionais da 2ª Inspetoria Regional (2ª I.R.), com sede na cidade de Belém do Pará, aproveitando o processo de reorganização do SPI.

Quando em 1928 a Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios determinou a transferência da sede da extinta Inspetoria de S. Luís do Maranhão para Belém do Pará, estava em vista sanar as dificuldades ora alegadas no presente Memorial. – Nessa época tentava-se, mais uma vez, a pacificação dos índios urubus e as vantagens decorrentes dessa medida resultou[aram] no êxito da pacificação dessa grande tribo, até então considerada indomável. – V. Sa. não ignora também que os meios de transporte e comunicação da zona onde estão instalados os postos acima citados com a capital paraense são muito mais fáceis que com a capital maranhense. – Pelo exposto, acho, salvo melhor juízo, que deve ser atendido o pedido formulado no presente Memorial.⁸

Na exposição, justificava-se a facilidade de acesso com o Pará por conta da estrada de ferro Belém-Bragança, utilizada pelos agentes do SPI para transportar materiais manufaturados de Belém até os postos e aldeias, e por onde seriam escoados os gêneros agrícolas e extrativos das aldeias indígenas até Bragança e/ou Belém. Com isso, os postos supracitados foram incorporados à 2ª I.R. a partir de 1940 e passaram a responder, de certo modo, às demandas do governo do Pará quanto aos problemas socioeconômicos envolvendo os povos indígenas. A partir desse contexto, veremos ações da 2ª Inspetoria Regional quanto aos territórios indígenas no estado do Pará, com maior atenção aos processos envolvendo os tenetehar-tembés.

⁸ SPI. *Cópia de memorial apresentado por Raimundo Nonato Maia*, 14 de abril de 1939. Microfilme 86, fotogramas 688-689.

Vivendo sob os olhares do SPI: a criação da reserva indígena entre o Guamá e o Gurupi

A partir de 1940, segundo frisou Lima (1995), o Serviço de Proteção aos Índios seria aparelhado ao Ministério da Agricultura, no intuito de efetivar as ações ligadas aos “novos” desígnios estatais referentes ao panorama fundiário e aos incentivos federais voltados para o desenvolvimento agrário no país, a partir da sedentarização dos povos indígenas e sua *nacionalização*, tática tutelar que almejava transformá-los em trabalhadores rurais dóceis e produtivos. Um conjunto elucidativo desse aspecto, relacionado à 2ª Inspeção Regional, diz respeito à perceptível preocupação do governo federal, via SPI, em reservar algumas extensões de terra para grupos indígenas nesse contexto.⁹ Nesse processo de constituição de reservas, elas eram entendidas como posses transitórias dos indígenas, cujas terras passariam para a posse particular daqueles sujeitos e/ou de suas famílias após completada sua nacionalização.

Conjecturamos que esse reconhecimento de territórios e criação das reservas, no caso específico da 2ª I.R., encontrava nexos no contexto migratório para a Amazônia durante a Era Vargas. Como desdobramento, era necessário repensar as configurações socioespaciais e dinâmicas territoriais na região, no intuito de consolidar as modalidades econômicas para atender às crescentes demandas dos mercados interno e externo. Uma nova política de terras e colonização foi pensada e projetada para a Amazônia desde 1930, envolvendo os vários sujeitos sociais da região, segundo salientou Edilza Fontes:

Os indígenas e o caboclos são incentivados à ocupação racional da floresta, eles seriam os homens que fariam a região. A terra deveria ser oferecida a eles. Os núcleos coloniais são a chave para o povoamento e a ocupação. A noção de natureza é ressignificada. O selvagem desaparece dos discursos e na legislação termos como trabalhador rural, colono, posseiro extrator, locatário são frequentes. A floresta é apresentada como espaço de convivência harmônica e a noção de floresta que aprisiona é descartada. É necessário um acompanhamento da ocupação. Há uma valorização do caboclo expressa na política de permissão de acesso à terra sem burocracia. A Amazônia ainda precisava ser conquistada. (Fontes, 2017, p. 156)

Nesse cenário, localizamos a doação de terras devolutas na região entre o alto rio Guamá e o alto rio Gurupi pelo então interventor federal no estado do

9 SPI. Relatório, 1948. Microfilme 107, fotogramas 1706-1709.

Pará, coronel Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, através do decreto n. 307, publicado no *Diário Oficial do Estado* em 21 de março de 1945.¹⁰ Essa extensão de terras, situada entre os municípios de Ourém e Viseu, foi reservada para que o Serviço de Proteção aos Índios realizasse a localização e fixação dos povos espalhados entre o nordeste do Pará e o oeste do Maranhão, sendo destinada a acomodar sobretudo os tenetehar-tembés, ka'apores, timbiras e awá-guajás.

Além da doação, o SPI ainda precisou realizar a compra de terras particulares localizadas na margem direita do rio Guamá (pequena linha tracejada no croqui – Figura 1, com uma légua de fundo da margem do rio), que pertenciam aos herdeiros de B. F. da Silva, no valor de Cr\$ 10.000,00.¹¹ Assim, a reserva ficava delimitada entre os igarapés Pitomba e Tauari-Grande, na margem direita do alto rio Guamá, e entre o igarapé Coraci e o rio Araçateua, este já do lado do Maranhão, na margem esquerda do alto rio Gurupi. Essas dimensões podem ser mais bem observadas na Figura 1, extraída da documentação pesquisada:

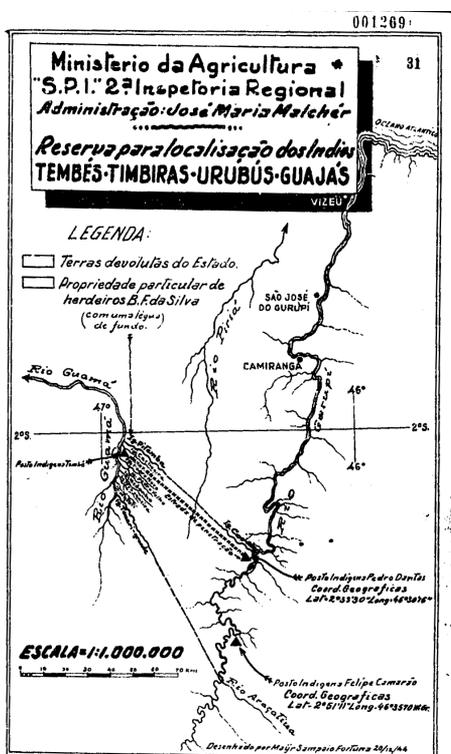


Figura 1 - Croqui da reserva para os índios tembés, timbiras, urubus e guajás. Fonte: SPI. Memorando de solicitação, 1945. Microfilme 98, fotograma 1298.

10 SPI. *Diário Oficial do Estado do Pará*, 27 de março de 1945. Microfilme 98, fotograma 1322.

11 SPI. Relatório da chefia da 2ª Inspeção Regional, 1944. Microfilme 391, fotograma 6.

Outro aspecto importante a ser mencionado, também observado na Figura 1, foi a tentativa de construção de uma estrada para ligar o Guamá ao Gurupi. Essa estrada de penetração buscava integrar os dois extremos da reserva, conectando o posto Tembé no Guamá ao posto Pedro Dantas no Gurupi e proporcionando a posterior colonização de famílias indígenas em sua extensão. E como observou Rosa Acevedo Marin (2004), as atenções legadas à Amazônia no século XX acarretaram mudanças nessas lógicas de ocupação e povoamento na região, que deixaram de seguir majoritariamente os cursos fluviais. Os rios e suas várzeas abriram lugar para a terra firme e as transformações da paisagem, pela abertura das estradas de rodagem para escoar as produções agrícolas e pecuárias.

É também digno de ser aqui mencionada a tribo tembé, porque são amáveis trabalhadores, como verifiquei nas aldeias "Tamanduá", "Fortaleza" e São Joaquim (campo). Todos os índios destas aldeias mostram-se esperançosos com a estrada do Guamá-Gurupi, para assim verem os seus produtos bem vendidos, livres portanto da leva de exploradores, como tive notícia que existem em quantidade em todo o Gurupi, que se intrometem pelas aldeias com a capa de bons amigos, e no fim deixam o pobre silvícola reduzido à miséria, enquanto eles vão apurar, nos centros comerciais, o resultado das suas gatunagens.¹²

Nesses processos de criação de reservas indígenas no século XX, verificamos que o Estado brasileiro foi efetivando modalidades (arbitrárias) para identificação e determinação dos territórios indígenas, aprimoradas quando do retorno do SPI ao Ministério da Agricultura. Por exemplo, já em 1936, o SPI havia determinado três categorias para a definição das terras pertencentes a populações indígenas, que poderiam ou não ser congregadas para eventual reconhecimento desses territórios e estabelecimento das reservas indígenas:

- a. São terras dos índios, consoante a letra (g), art. 2º do decreto n. 736, de 6 de abril do corrente ano:
 - 1º) aquelas em que presentemente vivem e já primitivamente habitavam;
 - 2º) aquelas em que habitam e são necessárias ao meio de vida compatível com o seu estado social; caça e pesca, indústria extrativa, lavoura ou criação;
 - 3º) as que já lhe tinham sido ou venham a ser reservadas para seu uso; ou reconhecidas como de sua propriedade a título qualquer.¹³

¹² SPI. Ofício n. 26 do posto indígena Felipe Camarão, 31 de dezembro de 1944. Microfilme 96, fotografias 1757-1758.

¹³ SPI. Carta circular, 1936. Microfilme 86, fotograma 211.

No caso analisado, observamos que a terceira definição foi aquela centralmente utilizada para a delimitação do “território” tembé, o qual se traduz como arbitrário por não incluir espaços indispensáveis e de profundo valor afetivo para este povo. Bem como aos ka’apores, awá-guajás e timbiras, que seriam deslocados dos sertões maranhenses para uma reserva que abarcava apenas partes de seus territórios tradicionais em torno do rio Gurupi. Assim, esses quatro povos que possuíam territórios distintos, mas sobrepostos, entre o Pará e o Maranhão, foram condicionados a viver em um espaço restrito sob os olhares vigilantes do SPI.

Além dos povos mencionados anteriormente, outros também deveriam ser remanejados para essa reserva, os quais estavam ainda espalhados pelo nordeste paraense: “Esta inspetoria está providenciando a localização de todos os índios da zona dos rios Capim, Acará e Moju, no posto que está sendo instalado no rio Guamá, pouco acima da cidade de Ourém”.¹⁴ Isso visava liberar esses territórios ocupados por outros grupos indígenas no nordeste paraense (os tembés do Acará, os turiwaras e os amanayés) e incentivar as frentes de colonização e de expansão agropastoris na região, justificando as novas lógicas de ocupação desses “espaços vazios”.

Nisso, o órgão indigenista buscava intensificar aqueles processos de nacionalização junto aos indígenas na região entre Guamá e Gurupi, por meio da criação dessa reserva. Jogando com as produções e manipulações dos territórios indígenas, o SPI visava impor a identidade (homogeneizante) brasileira e os signos de pertencimento nacional para transformar aqueles grupos “selvícolas” em trabalhadores rurais que contribuíssem para o desenvolvimento econômico, através do cultivo sedentário e racional da terra. Essa política pautava-se nos incentivos da produção indígena, sobretudo agrícola, para abastecer os postos, sendo necessário que os agentes identificassem as “vocações” produtivas daqueles grupos tutelados pelo SPI.

Tanto os tembés, timbiras, e como os índios urubus, se ocupam na caça, pesca e na lavoura, tendo todos roças de mandioca, milho, arroz, feijão e algodão, ainda em pequena escala, se fazendo sentir para intensificar mais este trabalho, a falta de ferramentas de lavoura.¹⁵

14. SPI. Ofício s./n. ao capitão Felipe chefe da aldeia Mucajá no rio Acará-pequeno, 21 de julho de 1943. Microfilme 91, fotograma 2003.

15. SPI. Ofício n. 27 do posto indígena Felipe Camarão, 3 de novembro de 1942. Microfilme 89, fotograma 80.

E especificamente sobre os tembés do Gurupi, temos o seguinte relato de 1943:

Os tembés, cujas aldeias estão localizadas à margem do rio Gurupi, cultivam roças de mandioca, milho, tabaco e empregam-se na extração de óleo de copaíba, tudo em pequena escala, sendo que os legumes de suas roças consomem com suas famílias, a copaíba e o tabaco tranção [sic] com pequenos regatões obtendo com esse modo roupas, sal, e mais algumas mercadorias de mais necessidade para o uso de suas respectivas famílias.¹⁶

Os fragmentos acima relatam esse cotidiano nos postos e aldeias visitadas pelos agentes do SPI no Gurupi. Percebemos que os indígenas ainda buscavam reproduzir seu modo de vida tradicional: caçar, pescar, fazer coleta de gêneros da floresta e manter as produções para a subsistência de suas famílias, e da aldeia. Entretanto, os encarregados do posto encaravam essas lógicas indígenas de pequena produção como rústicas e muito atrasadas. À 2ª I.R. caberia realizar os incrementos necessários, com aquisição de ferramentas e maquinários, almejando remediar essa situação "decadente" entre os indígenas, ampliar o trabalho agrícola e acelerar a produção, e os lucros, para o SPI (e igualmente ao Estado). E, assim, pretendendo coibir ainda as ações comerciais dos regatões junto aos povos indígenas, especialmente no rio Gurupi.

As transações feitas entre os indígenas e esses comerciantes regionais dos rios eram encaradas como nocivas e prejudiciais ao próprio indígena, uma vez que este era visto como ingênuo e sem conhecimento real do "mundo dos brancos". Além disso, também emperravam o desenvolvimento dos serviços dos agentes de posto do SPI. Na verdade, o que se queria era o monopólio de exploração desse comércio local indígena e da capitalização das produções pelo SPI, aumentando as rendas do órgão.¹⁷

A produção indígena dessa região será arrecadada pelos postos a que forem os índios subordinados e será colocada nesta praça ou em outra onde for conveniente pelo preço e meio de transporte, revertendo o produto final em benefício deles índios, para o que cada posto terá um livro conta corrente onde será escriturada a respectiva produção e aquisições feitas, com o nome do índio e respectiva aldeia.

16 SPI. Ofício n. 17 do posto indígena Felipe Camarão, 6 de novembro de 1943. Microfilme 90, fotograma 630.

17 Esse fenômeno de inserção dos agentes do SPI como "comerciantes" intermediários entre indígenas e o mercado regional ocorreu em várias partes da Amazônia, reproduzindo o modelo do sistema de aviamento, muitas vezes marcado pela escravidão por dívida. Para esse tipo de ocorrência do noroeste amazônico no mesmo período, por exemplo, ver Nimuendaju ([1927] 2015) e Meira (2018).

Em tempo oportuno cada posto terá um almoxarifado que será suprido de material necessário e de uso dos índios, o que será fornecido pela I.R. para início de cooperativas, sendo esse material transacionado pela produção indígena pelo preço da fatu-
ra corrente, as despesas de transporte por conta do serviço.¹⁸

Com isso, buscava-se transformar os postos em centros emergentes da economia local, onde os grupos indígenas e outros sujeitos na região (a exemplo das populações negras de Camiranga e Itamoari) poderiam comercializar suas produções agrícolas e pastoris e gêneros extrativos, engrossando as arrecadações naqueles estabelecimentos estatais:

Neste mês ainda se fabricou[aram] 600 quilos de farinha d'água e 80 quilos de rapaduras para o consumo do posto e dos índios urubus, que visitaram o mesmo, em número de 58, das aldeias dos tuchauas Chapique e Maria. Os índios tembés da aldeia em Cajuapara, chefiados pelo cap. Raimundo Malaquia, neste mês entregaram neste posto para serem vendidas 14 peles de veado com 22 quilos, 58 peles de catitu e 29 peles de queixada, as quais foram colocadas da melhor maneira possível, dando um total de mil cento e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 1.150,00).¹⁹

Observamos que as circunstâncias históricas dessa doação de terras devolutas estão ligadas ao panorama socioeconômico e político entre 1930 e 1945, e especificamente ao estabelecimento do SPI na região do alto rio Guamá através do posto indígena de tratamento e nacionalização tembé, a partir de 1942. Como já mencionado, no cerne disso estava o plano federal de incentivos migratórios e fundiários à Amazônia ao longo das décadas de 1930 e 1940.

As pretensões quanto ao povoamento e à integração das terras amazônicas, como bem salientou Maria Liege Ferreira (1999), estavam conectadas a três aspectos fundamentais da Era Vargas e seu imaginário sobre a Amazônia: I) econômico, tendo em vista o desenvolvimento regional alcançado pelas atividades agrícolas, pecuárias e extrativistas; II) demográfico, no intuito de ampliar o quadro populacional e a oferta de mão de obra local; e III) geopolítico, perspetivando maior controle e defesa dos territórios fronteiriços na região.

18 SPI. Portaria n. 29 da 2ª Inspetoria Regional, 6 de dezembro de 1943. Microfilme 92, fotograma 303.

19 SPI. Ofício n. 14 do posto indígena Felipe Camarão, 1 de julho de 1944. Microfilme 94, fotograma 995.

A nova política do governo pretendia transformar em exploração fixa a exploração nômade realizada na Amazônia. O objetivo era o desenvolvimento do “deserto”, fornecendo estímulos aos refugiados das secas, aos marginalizados nas áreas urbanas do Sudeste e aos trabalhadores da própria região. Através de um programa político voltado para a fixação do homem à terra, as colônias de fronteiras e as colônias agrícolas visavam, principalmente, criar núcleos de povoamento cuja preocupação básica era a ocupação econômica dos espaços vazios, de regiões pouco desenvolvidas no oeste brasileiro. (Ferreira, 1999, p. 38, grifos nossos)

Esse processo de remodelamento fundiário na região engendrou-se após a “Revolução” de 1930. Entretanto, somente ganhou fôlego mais vigoroso no contexto do Estado Novo e de suas políticas voltadas para a integridade, o desenvolvimento e a segurança nacional na Amazônia (Fontes, 2017). Nessa perspectiva, a Lei de Terras do estado do Pará, de 1933, foi importante ferramenta que definiu novas diretrizes ao serviço estadual de terras, no intuito de estruturar as medidas apontadas por Vargas para solucionar os problemas enfrentados no Pará e nos demais estados da Amazônia. Na legislação, um dado chama-nos a atenção por revelar uma diretriz imprescindível para a posterior composição das reservas indígenas: “Art. 97 – Serão reservadas as terras devolutas que forem pelo governo julgadas necessárias à serventia pública, fundação de núcleos coloniais, povoações, aldeamentos de indígenas e para outros quaisquer fins, que em ato do mesmo governo do estado forem especificados” (Pará, 1933, p. 25).

Estabelecia-se que as terras devolutas – sem uso público e/ou privado e sem títulos de posse – poderiam ser utilizadas na criação de núcleos indígenas, sob a tutela do Estado. Isso relacionava-se às políticas para fixar o homem na terra, erradicando o nomadismo indígena, e incentivar as indústrias agrícolas para potencializar as forças da economia regional. Nesse turno, destaca Francisco de Assis Costa (2012), houve também um processo de formação de estruturas camponesas para absorver os contingentes de trabalhadores dos antigos e decadentes seringais, gestando dois grupos principais: um campesinato agrícola e um campesinato extrativista. Este último, frisa o autor, era composto por camponeses caboclos e tinha no aviamento um sistema regulador das relações comerciais entre as forças locais e regionais da economia amazônica.

Outro ponto explorado pelo autor relaciona-se ao fortalecimento e expansão do comércio no Pará, baseado nas produções agroextrativistas e no aproveitamento de estruturas e práticas comerciais dos tempos da borracha, gerando o ressurgimento de um capital mercantil na Amazônia a partir da década de 1920, e que se solidifica entre 1930 e 1950. Detendo-se ao estado do Pará, Costa chama atenção para

a construção expressiva de um campesinato agrícola em duas regiões: a primeira, em torno de Santarém e do planalto santareno; e a segunda, no nordeste paraense, englobando os municípios da Bragantina, Guajarina e do Salgado.

Nas regiões Guajarina e de Viseu, observou-se um aumento significativo de suas populações locais. O município de Ourém, por exemplo, teve um crescimento populacional de 1.444 habitantes, passando de nove mil habitantes para 10.444 entre 1916 e 1940 (Costa, 2012, p. 122-123). Segundo o autor, enquanto essas regiões experimentavam um fenômeno de crescimento populacional e florescimento econômico, outras partes do estado, como a capital Belém, enfrentavam uma redução demográfica exponencial. A região Bragantina ganhou destaque pelo aumento de sua população entre 1916 e 1940, o qual relacionava-se ao processo anterior de incentivos migratórios em decorrência da construção da estrada de ferro Belém-Bragança, em fins do século XIX, trazendo dinamismo e novo fôlego para a economia local.

Na década de 1940, a chegada de novas levas de migrantes nordestinos, principais agentes colonizadores por sua forte marca campesina e penetração territorial terrestre, transformou essa região do nordeste paraense, a partir da Bragantina, na primeira grande fronteira agrícola na região amazônica. Percebe-se, portanto, um alargamento do capital agrícola e a valorização da terra enquanto unidade produtiva nesse cenário, o que permite-nos indagar sobre as novas configurações agrárias no estado do Pará e as políticas fundiárias no decorrer das décadas de 1930 e 1940, bem como a posteriori.

A economia paraense entra na década de quarenta com as marcas da profunda reestruturação que sofrera na esteira da crise da economia da borracha: novos produtos extrativos assumiram proeminência e se verifica expansão da produção agrícola, agroindustrial e manufatureira para atendimento do mercado interno, agora com bem menor capacidade para importar. Com base nisso, novas regiões antes marginais assumem relevância [...]. (Costa, 2012, p. 107-108)

Outro aspecto importante no entendimento desse contexto, e das mudanças populacionais na Amazônia, relaciona-se à Marcha para o Oeste, política romântica do Estado Novo para operacionalizar a integração e o desenvolvimento nacional (Lenharo, 1986). Incentivando a colonização dos “espaços vazios” do território brasileiro, através de fluxos migratórios nacionais, sobretudo de nordestinos e cidadãos empobrecidos, buscava-se estender as influências políticas do governo e ampliar as fronteiras econômicas do Estado-nação. A Amazônia adentra esses planos de integração nacional e progresso socioeconômico como

terra “desabitada” e recanto de fartura e fortuna, como apontou Edilza Fontes (2017), com recursos subaproveitados e um capital potencial para o crescimento regional, o qual seria efetivado através do intenso povoamento e de incrementos ao cultivo/exploração da terra e ao trabalho agrícola dentro de uma perspectiva moderna, e que deveria agregar também os indígenas.

Com relação à Amazônia, nesse contexto, outras configurações foram implantadas por conta da Segunda Guerra Mundial e dos Acordos de Washington. O ataque japonês a Pearl Harbor, em 1941, cessou o fornecimento da borracha produzida na Ásia aos Aliados e fez com que o governo dos Estados Unidos se voltasse para a Amazônia e a exploração da *Hevea brasiliensis*. Assim, foi celebrado um acordo de cooperação entre Brasil e Estados Unidos, com forte investimento do governo norte-americano, para a produção gomífera e também de gêneros alimentícios. Com isso, foi deflagrada a Batalha da Borracha nos sertões amazônicos.

Conforme apontou Maria Verônica Secreto (2007), a Batalha da Borracha mobilizou mais de cinquenta mil migrantes nordestinos para a região, cooptados pelo governo federal. Esse grande contingente de mão de obra, fugitivos da grande seca de 1941-1942, foi direcionado para o trabalho na extração de látex nos seringais da Amazônia. Porém, frisou a autora, uma parte desses migrantes também foi direcionada para a produção agrícola, em zonas estratégicas de ocupação, no intuito de abastecer a economia regional com gêneros de primeira necessidade. Uma dessas áreas foi o alto rio Guamá, sendo assim necessária a criação da reserva para evitar maiores conflitos, e também assegurar a inserção dos indígenas nesses processos produtivos agrícolas.

As narrativas tembés e os sentidos (outros) da reserva: agências e r-existências indígenas no nordeste paraense

Como frisado na seção anterior, a reserva servia como locus central para imputar aos povos indígenas as lógicas ocidentalizadas da pequena propriedade rural, o trabalho moderno com a agricultura e os trâmites comerciais capitalistas. Assim, esses espaços eram responsáveis por englobar os indígenas nesse panorama fundiário e modernizador que se reconfigurava na Amazônia como um todo e que passou a afetar e pressionar os territórios tradicionais indígenas. Isso provocava, e incentivava, o movimento dos grupos familiares da maioria das aldeias mais longínquas para as regiões consideradas seguras, perto dos postos do SPI.

Quando perguntada sobre a história dos tembés no Gurupi, e especificamente as trajetórias de sua avó Verônica Tembé (*in memoriam*) e de seu avô Lorival Tembé, duas grandes lideranças e referências aos tembés tanto do Gurupi quanto do Guamá, a professora Kudã'i Tembé nos relatou em entrevista sobre os trânsitos ao longo do rio, entre o Pará e o Maranhão:

Pelas histórias, ela veio, vieram de um tal de Cocal [no Pará], uma coisa assim. Cocal, e vieram descendo aos pouquinhos, se espalhando, que eram vários, aí foi ficando um outro bocado e vieram, depois que vieram, pro rumo do Jararaca [no Maranhão], ali as outras aldeias... aí vieram já pro rumo do Canindé [no Pará, onde estava o posto Pedro Dantas], depois foram pro Igarapé de Pedras [no Maranhão] e depois atravessaram pra esse lado agora que é o Tekohaw. (Kudã'i Tembé, 25 maio 2018)

Observamos que a lógica do SPI consistia em esvaziar essas antigas aldeias, dispersas no território, e concentrar os indígenas em torno dos postos e/ou em outras aldeias próximas, sobretudo aquelas que se encontravam nos limites da reserva criada. Porém, como salientou Vanderlúcia Ponte (2014), as antigas aldeias não foram esquecidas e continuam sendo lembradas e acionadas como importantes lugares sagrados e de referência para a história tembé, tanto no Gurupi quanto no Guamá. Outro exemplo dessas tentativas de esvaziamento ocorreu com a aldeia São José, na margem esquerda do rio Guamá.

São José foi a antiga morada dos tembés na região, e permaneceu por vários anos depois da criação do posto indígena e da reserva, na margem oposta a essa aldeia. Com o tempo, algumas famílias resolveram se deslocar de São José e se fixar nas cercanias do posto, como as de Veronico Sarmiento, Manoel Feliciano dos Santos, Felipe Brandão e Vicente Sarmiento dos Santos.²⁰ Porém, a maioria dos tembés permaneceu residindo na aldeia São José, ainda que trabalhasse no posto. O processo se intensificou com a expansão da cidade de Capitão Poço e os frequentes conflitos com colonos e fazendeiros acerca daquelas terras que "não eram mais indígenas", bem como com os incentivos do SPI para a transferência dos tembés às proximidades do posto, dentro da reserva, visando "protegê-los" (dominá-los) melhor.

Essas novas frentes de ocupação na Amazônia do século XX, acrescidas aos anteriores contextos de invasão e intervenção em decorrência das ações de fazendeiros, colonos regionais, madeireiros, camponeses, pescadores etc.,

²⁰ SPI. Ocorrências no posto indígena Tembé, abril a junho de 1944. Microfilme 92, fotograma 1992-1993.

pressionaram os territórios indígenas e colocaram em risco sua integridade, gerando intensos conflitos que, se não fossem logo contornados, poderiam provocar um grande escândalo para o órgão e sua atuação na região. Assim, a criação da reserva para acomodar os tenetehar-tembés e outros povos em um mesmo espaço era plausível com as políticas do Estado Novo, no contexto já traçado neste artigo, entre 1940 e 1945.

Ao ser questionada sobre a criação e mudança dos tembés para a reserva indígena, d. Francisca Tembé, parteira e pajé da aldeia Ytwaçu no Guamá, afirmou:

Porque os fazendeiros queriam tomar de conta e achavam que os índios estavam... empatando, porque eles queriam aumentar, né? Aí o que foi que fizeram... Nesse tempo era um, como era o nome... chamavam Barata. Ele morava em Ourém e eles foram lá conversar com ele, pra ele vir fazer a mudança dos índios, se não dava dele tirar uma área pros índios, porque lá estava sendo muito... muito... os fazendeiros queriam fazer a ocupação e eles estavam. Aí, esse tal de Barata veio aí, conversou com as lideranças e tiraram esse pedaço aqui [...]. Não. Eles aceitaram porque eles estavam vendo que poderia ter um conflito com eles lá. Aí eles aceitaram e passaram pra esse lado. (Francisca Tembé, 6 ago. 2017)

Denota-se como essa questão dos conflitos foi evocada, sobretudo na região do Guamá, para explicar as arbitrariedades desse período, resultantes de acordos entre esses fazendeiros e o governo do Pará, representado por Magalhães Barata, para remoção dos tembés daquela área e deslocamento para a recém-criada reserva indígena, segundo o entendimento de d. Francisca. Porém, os tembés não se colocam como simples vítimas apáticas do processo em si, pois são sujeitos que tomaram suas próprias decisões de acordo com os interesses do grupo. Como salientou d. Francisca, os tembés aceitaram a reserva como modo de assegurar uma parte de seu território e contornar a iminente situação de conflito direto com os fazendeiros que começavam a se estabelecer na região, onde futuramente seria fundado Capitão Poço.

O processo de criação da cidade e município de Capitão Poço, como assinalou Álvaro Gomes de Sousa (2017), ocorreu com a migração nordestina entre 1940 e 1950, sobretudo de cearenses, para a região. Segundo o autor, o poder público estadual foi o grande responsável por assentar essas famílias migrantes para realizar a exploração daquelas terras, que antes faziam parte do município de Ourém, de forma a dar sustentação ao sistema agrário e de práticas mercantis criadas para racionalizar as relações sociais e econômicas locais no alto rio Guamá. A partir de um discurso de "pioneirismo", a postura do Estado

visava apagar a presença e participação indígena (dos tembés) na formação regional e direcionar o papel de agentes históricos aos recém-chegados nordestinos cearenses.

Outro relato importante sobre a história dos tenetehar-tembés do Guamá foi narrado por Edinaldo Tembé, cacique da aldeia Sede. Com informações pontuais acerca desses processos em torno da formação da reserva, da qual foi caudatária a Tiarg, e dos entendimentos e desdobramentos da questão territorial entre os tembés na região:

Eu quero fazer uma rápida lembrança de quando eu acompanhava o meu avô [Felix Tembé]. O meu avô desde a época de 1945, que foi fundada a aldeia aqui, porque a aldeia era do outro lado do rio, não sei se vocês tiveram[?] a oportunidade de ir na beira do rio, né? E, naquela época, a gente morava pra lá, meus avôs, meus pais... foi criado tudo, na parte de Capitão Poço, né? *Que aquela cidade onde tá Capitão Poço, tudo era área indígena.* E em 1945, quando o interventor Magalhães Barata decretou a terra indígena Alto Rio Guamá. Vocês já sabem, como nós, que quando estavam invadindo, teve muito o pessoal do Nordeste vindo, colonizaram Capitão Poço. A partir dali, é, achou que deveria desenvolver, mas determinando a área indígena Alto Rio Guamá. Vocês sabem que, ao correr do tempo, o interventor Magalhães Barata naquela época não era a favor do indígena, né? *Nunca foi a favor do indígena.* Aí muita gente se pergunta por que isso? Por que ele fez isso? Por que gostava de índio, né? E, na verdade, porque tudo foi através de pressão. Naquela época, foram-se exterminando vários povos indígenas, né?, e a pressão exterior fez com que ele demarcasse algumas terras indígenas. E o governo, uma das coisas que nós fomos privilegiados fomos nós aqui, que ele colocou determinações. *Apenas decretou. Não homologou, não demarcou.* Então teve, porque a terra indígena Alto Rio Guamá passa por três processos, né? Decretar, depois vem a demarcação, depois vem a homologação, que é o último caso. Que no nosso caso foi em 2003... em 2003 não, em 93 que foi homologada. O último passo que nós demos. Então, isso acarretou vários problemas aqui. *Sempre a Funai dizia... veio o SPI, depois veio a Funai e sempre foi com o mesmo papel, "não, podem deixar que a gente vai resolver", tem "que não é vocês que vão se meter"...* E meu avô brigou muito sobre isso. E ele, quando a partir dali as coisas foram montando cada vez mais [...]. (Edinaldo Tembé, 12 abr. 2018, grifos nossos)

A partir da narrativa acima, e com base em nossa experiência etnográfica na Tiarg, salientamos que os tembés, em face dessa política territorial do Estado, se apropriam e ressignificam a reserva indígena criada, submetida às lógicas internas do grupo. As vivências no âmbito da reserva trouxeram outros

signos e balizas para os tembés, os quais se atualizavam a partir de suas ontologias, que permaneciam pulsantes apesar das constantes intervenções estatais. Como pontuado por João Pacheco de Oliveira (1988), os indígenas elaboravam formas para lidar com os brancos e interagir, e reagir àquelas situações vivenciadas. Incorporando e dinamizando elementos mitológicos, os indígenas empreendiam justaposições ao inserir as políticas tutelares em suas próprias relações políticas e concepções de mundo, erigindo outras dinâmicas cujos nexos são apagados pelo Estado, mas se mantêm vivas nos meandros de suas relações socioculturais interétnicas e cosmopolíticas.

Em entrevista, d. Maria Paulina, erveira da aldeia Sede, citou as ações indígenas naquele contexto, apontando para as agências tembés no trato com o SPI. Informando que, apesar das dificuldades e das violências daquele tempo, quando seu pai (Félix Tembé) e outros parentes trabalhavam para o posto quase como escravos, os tembés ainda resistiam e viviam suas vidas, falando na língua e tentando manter suas relações como outrora faziam do outro lado do rio, na antiga aldeia São José. D. Paulina nos contou também que naquele tempo havia pajés e parteiras na aldeia, como sua mãe (Luísa Agostinha), que o chefe de posto não “encrencava” com eles por causa disso, e que vinha até gente de fora se consultar com os “médicos da floresta”. Também falou das idas de seu pai e de outros tembés do Guamá para as bandas do Gurupi, indo por dentro das matas e marcando os caminhos para encontrar os parentes do outro lado da reserva (Maria Paulina Tembé, 27 maio 2018).

Logo, a criação da reserva trouxe novas condições de organização política, econômica, social, cultural e doméstica para os tenetehar-tembés, imputadas sobre seu ancestral *modus vivendi* e que precisavam ser rearranjadas. Em torno desse processo, reforçou-se a aceitação “pacífica” pelos tembés do controle tutelar exercido pelo SPI e a imposição das condutas civilizadoras/nacionais, sugerida pela documentação pesquisada desse órgão. No entanto, sabemos que essa aparente invisibilidade e passividade apresentadas nas fontes do SPI não contemplam a realidade e completude das agências indígenas nessa conjuntura histórica. As estratégias de manutenção endógena do cotidiano ancestral entre os tenetehar-tembés se revestiam de uma aparente assimilação que reforçava, entre os administradores do SPI, teorias sobre sua transformação étnica: de indígenas “puros” para “índios misturados” e aculturados.

Neste ponto, de acordo com as colocações de Pacheco de Oliveira (2016), é fundamental circunstanciar o longo histórico do contato entre sociedades indígenas e não indígenas e os contextos de transformação e invisibilidade induzidas (e/ou forçadas), que imputaram àqueles povos uma condição de mistura

e indianidade reduzida, a partir de condicionantes exógenos às definições indígenas sobre suas próprias identidades. Nisso, cabe-nos reavaliar os signos da etnicidade e dos processos de territorialização (re)construídos pelos tenetehar-tembés ao longo de suas trajetórias históricas, e que fornecem elementos etnopolíticos à afirmação de sua existência étnica e de seus direitos territoriais.

Assim, aos poucos, os próprios tembés viram a necessidade de ocupar a reserva e operar suas vivências conforme os anseios do SPI, "incorporando" aquela perspectiva instrumental e racionalizada de território/territorialidade sugerida pelo Estado-nação (Little, 2002), como pontuam as fontes escritas. Ressaltamos, no entanto, que as imposições "aceitas" não significaram a perda de sentido do território para os tembés, ou o esquecimento das ligações com antigos lugares de trânsito, aldeias velhas ou cemitérios e outros espaços sagrados. Ao contrário, como fica evidente pelas narrativas ou em campo, esses laços permaneceram presentes entre os tembés e foram mantidos em silêncio perante as agências indigenistas, sendo transmitidos às novas gerações de forma subterrânea e (re)dimensionados no interior da reserva, e em comunicação com aqueles antigos espaços através das memórias dos mais velhos. Em meio a isso, observamos que as relações interétnicas e os diálogos interculturais passaram a margear os processos de produção do território e das territorialidades tembés.

Essa análise decorre das especificidades históricas experimentadas pelo grupo em questão e aqui expostas, sobretudo no tocante aos processos sociopolíticos em torno da reserva, para compreender o papel simbólico das lógicas territoriais que foram engendradas. Nesse caso, os mais velhos são muito importantes enquanto "guardiões da memória" nas aldeias, verdadeiros "arquivos" detentores do conhecimento tradicional e das experiências passadas, individuais e coletivas, do povo tembé. Há um complexo mosaico social de historicidades, cujas histórias e memórias somam-se e subtraem-se, ao passo que são circunscritas e articuladas ao território e às territorialidades tembés. E nesses diálogos entre passado e presente, os tenetehar-tembés vão rearranjando suas experiências, retomando os controles de seu território e reescrevendo a história que lhes negou, por muito tempo, um espaço como sujeitos presentes, ativos e importantes para os processos históricos regionais na Amazônia.

Considerações finais

As histórias tembés que buscamos evidenciar contam e recontam sobre um tempo, não tão distante, quando violências foram perpetradas por aqueles que deveriam "proteger" os indígenas. E interdições eram projetadas e realizadas pelos agentes

estatais, sem respeitar as visões, formas de organização socioespacial e cosmologias/ontologias indígenas. No entanto, os indígenas não se comportavam como vítimas e não aceitavam, de uma forma ou de outra, as imposições do Estado-nação. Transformavam suas vivências, sem perder seu entendimento enquanto povo com uma cultura diferenciada, um território e práticas próprias.

No caso dos tembés, visualizamos que suas dinâmicas territoriais se construíram nessa espacialidade que abrange o nordeste paraense e o oeste maranhense, por séculos antes e durante o processo de dominação colonial europeia, e das políticas indigenistas do Império no século XIX, mantendo muitos de seus trânsitos e circulações entre o Pará e o Maranhão, como bem apontaram Sales (1999), Ponte (2014) e Ribeiro (2019). Esses processos foram redefinidos no século XX, quando da criação do Serviço de Proteção aos Índios, e de sua atuação para efetivar a assimilação dos indígenas e suas interdições de mobilidade, conciliada às políticas de migração e colonização para os chamados "vazios demográficos", como a fronteira Pará-Maranhão, sobretudo a partir da década de 1940.

Nesse contexto, a reserva foi criada como estratégia para reduzir os espaços ocupados e acionados pelos tembés, e liberá-los para a colonização e implementação de atividades rentáveis ao desenvolvimento econômico do Estado nacional, como as agroextrativistas e pecuárias. Em meio a isso, os conflitos com a sociedade envolvente se tornaram mais constantes. Porém, os tembés não ficaram alheios às situações de violência, e reinventaram e se apropriaram dos discursos e práticas que lhes foram impostos, subvertendo seus signos tutelares e resistindo/r-existindo em seu cotidiano nas aldeias, além de gestarem outras territorialidades.

Assim, os tembés foram transformando suas vivências, ressignificando suas relações e dando outros contornos ao seu cotidiano nas aldeias, o qual era vigiado e controlado pelos agentes do órgão indigenista, tanto do SPI quanto da Funai. Precisaram inventar, e reinventar, as formas como lidavam e se relacionavam com o outro e suas práticas impositivas, expressando toda uma criatividade para defender e "salvaguardar", em seus próprios termos, os referentes da identidade e cultura tenetehar-tembé, mesmo que estes caíssem em aparente invisibilidade ou "dormência" nesse processo.

Então comparando a árvore com o indígena é assim: do solo para cima, digamos, é a cultura, se tu cortas um pedaço dela, ela pode até grelar de novo, mas ela vai grelar, talvez, com a folha diferente, né? E aí significa que a cultura pode mudar, mudar a folha, o galho, mas a essência nós consideramos que é aquilo que faz "Ser", permanecer como um povo, não muda, é como a raiz da planta. Daqui para baixo, quer dizer, a cultura ela pode até mudar, mas a raiz não muda, ela é a mesma, a essência é a

mesma, não muda, você está entendendo? É por isso que tem aquela frase que diz: tiraram as minhas folhas, cortaram meus galhos, cortaram meu tronco, mas não arrancaram minhas raízes. Isso é importante! Mostra para a gente que só vai mudar, que só vamos deixar de ser indígena, se a essência, de fato, for exterminada, porque eles não vão conseguir mexer nas nossas raízes. *Eles podem até mexer nos nossos galhos, nas nossas folhas, mas nas nossas raízes, não!* O importante na nossa história é *que continuamos a ser um povo, o povo tembé*. A cultura pode mudar, dependendo da realidade, do momento, do impacto que ela vem sofrendo, ela pode mudar, mas a essência, não. É preciso trabalhar a questão da cultura do povo, porque a gente pensa que a cultura é só a soma de símbolos representativos, o cocar, o canto, a linguagem, mas são os símbolos representativos e os conhecimentos, conhecimento sobre a natureza, sobre a saúde, sobre tudo. (Piná Tembé, 21 set. 2015, grifos nossos)

Essa narrativa de Piná, cacique da aldeia Ytwuaçu, evidencia de forma explícita a máxima tembé da r-existência. Ou seja, mesmo que certos elementos da cultura se transformem ou ganhem outros sentidos ao longo do tempo, o "Ser" tenetehar-tembé se mantém vivo em seus vínculos ao território e às memórias dos anciões e mais velhos. Como "estátuas de murta" que se moldam (ou são moldadas) e se deformam com facilidade, a prerrogativa da inconstância entre os tembés fundamenta-se nas relações e interações dialógicas com o outro (humano e não humano) e sua cultura, fomentando mudanças que não alteram radicalmente os sentidos internos ao grupo (Viveiros de Castro, 2017). Assim, são essas raízes e conexões com o passado dos ancestrais e seus saberes, constantemente dinamizadas/atualizadas a partir das trocas intergeracionais nas aldeias, que fortalecem a luta tembé e suas mobilizações pela garantia de direitos.

Entendendo sua história e as violências (físicas, simbólicas e epistêmicas) do passado, os povos indígenas, aqui especificamente os tembés, permanecem reivindicando seu lugar na história do Brasil, e da Amazônia, e lutando contra as tentativas racistas de subalternização impostas pela colonialidade eurocêntrica. Continuam dando suas vidas, e sangue, na defesa de seus territórios, saberes e práticas tradicionais, bem como para o reconhecimento pleno das epistemologias indígenas na construção democrática e intercultural do conhecimento, seguindo entre as principais pautas da atual agenda de lutas dos povos originários.

Entrevistas

América Tembé (Aldeia Sede – Tiarg, 20 set. 2015),
Piná Tembé (Aldeia Ytwuaçu – Tiarg, 21 set. 2015),
Francisca Tembé (Aldeia Ytwuaçu – Tiarg, 6 ago.
2017), Edinaldo Tembé (Aldeia Sede – Tiarg, 12 abr.
2018), Kudã'i Tembé (Aldeia Sede – Tiarg, 25 maio
2018), Maria Paulina Tembé (Aldeia Sede – Tiarg, 27
maio 2018)

Referências

- ACEVEDO MARIN, Rosa Elisabeth. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. *Papers do Naea*, Belém, n. 170, p. 1-25, 2004. Disponível em: <http://www.enaef.ufpa.br/naef/novosite/paper/326>. Acesso em: 12 out. 2019.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.
- COSTA, Francisco de Assis. *Formação rural extrativa na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: Naea, 2012.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992, p. 9-24.
- FERREIRA, Maria Liege Freitas. Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica. *Raízes*, v. 18, n. 20, p. 33-40, 1999. Disponível em: http://revistas.ufcg.edu.br/rzsantiga/artigos/Artigo_25.pdf. Acesso em: 30 maio 2019.
- FONTES, Edilza Joana Oliveira. Paisagens amazônicas: o espaço vazio e a floresta. In: COELHO, Anna Carolina de Abreu; ROCHA ALVES, Davison Hugo; NEVES NETO, Raimundo Moreira das (org.). *Perspectivas de pesquisa em história na Amazônia: natureza, diversidade, ensino e direitos humanos*. Belém: Açaí, 2017. p. 147-171.
- FUNAI. Museu do Índio. Acervo do Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=MI_Arquivistico&pagfis=201421.
- JOHNSON, Walter. On agency. *Journal of Social History*, v. 37, n. 1, p. 113-124, autumn 2003 (Special Issue). New York: Oxford University Press. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3790316>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2.ed. Campinas, SP: Papyrus, 1986.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. Disponível em: <http://dan.unb.br/images/doc/Serie322empdf.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018. (Série Antropologia).
- MEIRA, Márcio. *A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico*. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
- NIMUENDAJU, Curt. *Reconhecimento dos rios Içana, Ayari e Uaupés*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2015 [original de 1927].
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p. 193-228.
- _____. “O nosso governo”: os ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero; Brasília: MCT/CNPq, 1988.
- PARÁ. Decreto n. 1044, de 19 de agosto de 1933. *Dá nova regulamentação ao serviço de terras do estado*. Belém: Typ. Instituto D. Macedo Costa, 1933.
- PONTE, Vanderlúcia da Silva. *Os tenetehar-tembés*

- do Guamá e do Gurupi, povo verdadeiro!: "saúde diferenciada", território e indianidade na ação pública local. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- _____; RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. O argumento da "mistura", a política indigenista e o território-territorialidade entre os tenetehar-tembé na fronteira Pará-Maranhão. *GeoAmazônia*, v. 7, n. 14, p. 75-102, 2019. Disponível em: <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/256>. Acesso em: 12 dez. 2019.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: CECENÑA, Ana Ester (org.). *De los saberes de la emancipación y de la dominación*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2008. p. 37-52.
- RIBEIRO, Benedito Emílio da Silva. *Territórios e r-existências indígenas no nordeste paraense: o caso dos tenetehar-tembé (1930-1945)*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2019.
- SALES, Noêmia Pires. *Pressão e resistência: os índios tembé-tenetehara do alto rio Guamá e a relação com o território*. Belém: Unama, 1999.
- SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SOUSA, Álvaro Gomes de. *Migração nordestina: práticas e comércio de produtos agrícolas em Capitão Poço (PA) entre 1950 e 1985*. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2017.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In: *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 157-228.
- WAGLEY, Charles; GALVÃO, Eduardo. *Os índios tenetehara: uma cultura em transição*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1961.

Recebido em 31/8/2020

Aprovado em 8/6/2021